



VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 DE JUNHO DE 2021



Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2021

Índice

Relatório da Administração.....	03
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	05
Balanços patrimoniais.....	09
Demonstrações de resultados.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	14



VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 11.467.788/0001-67

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

1) Contexto Geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da Vanguardacap Capitalização S.A. (Companhia), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes.

Nessas Demonstrações, a Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

2) Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID-19, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021. Conforme relatado nas notas explicativas, a Companhia vem gerenciando a liquidez da Companhia, de forma a garantir que todos os compromissos assumidos sejam cumpridos. Adicionalmente, a Companhia vem tomando medidas protetivas para a saúde e bem-estar de seus funcionários.

3) Desempenho

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do Plano de Negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A Administração manterá a empresa para outras oportunidades de negócios.

Nos primeiros semestres de 2021 e de 2020, o resultado com capitalização manteve-se estável, apresentando R\$90 de receitas líquidas. As despesas administrativas foram de R\$ 125 nos seis primeiros meses de 2021 (R\$105 mil, no mesmo período de 2020). As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$151 mil nos primeiros seis meses de 2021 (R\$ 480 mil, no mesmo período de 2020). Na nota explicativa 1.1., que fala sobre “Contexto Geral”, há maiores detalhes sobre a evolução da economia e o impacto do resultado financeiro.

A Companhia é administrada de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 12.571 mil, em 30/06/2021 (R\$12.518 mil em 31/12/2020), 121% de suficiência de capital em 30/06/2021 e 31/12/2020.

5) ASG – Ambiental, Social e Governança

Nos primeiros meses de 2021, em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou à sociedade, R\$ 84 mil (R\$ 71 mil em 2020) pagos à serviços de parceiros terceirizados, R\$ 59 mil (R\$ 58 mil em 2020) em tributos indiretos e R\$ 14 mil (R\$ 141 mil) em tributos diretos.

O Grupo Icatu tem ganho importantes premiações como o primeiro lugar na categoria Seguradora, segundo anuário da Revista Época 360º, que avalia as principais empresas do país em seis dimensões: Desempenho Financeiro, Pessoas, Sustentabilidade, Governança Corporativa, Inovação e Visão de Futuro. A primeira posição no ranking das melhores empresas em satisfação do cliente do mercado segurador, promovido pelo Instituto MESC. O levantamento avaliou mais de 6.500 empresas de 45 segmentos do mercado, a partir de mais de dois milhões de



opiniões de consumidores de todo o País. Por fim, o reconhecimento à política de recursos humanos, sendo reconhecida por seus funcionários pelo sexto ano consecutivo – como uma das melhores empresas para se trabalhar, no ranking *Great Place to Work* (GPTW)

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

6) Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais, há vários anos, e o contrato foi renovado por mais um ano.

7) Agradecimento

A Vanguardacap Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Vanguardacap Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Vanguardacap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguardacap Capitalização S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.8 e 7 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui Provisão de Sorteios a Pagar ("PSAP").</p> <p>Devido à importância da Provisão de Sorteios a Pagar ("PSAP") para o entendimento das demonstrações financeiras por parte dos usuários, além da natureza e relevância quantitativa da rubrica, que representa 39% do total dos passivos da Companhia em 30 de junho de 2021, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão para Sorteios a Pagar ("PSAP").- efetuamos a conciliação das bases de dados operacionais com os respectivos saldos contábeis e, por meio de amostragem, testamos a integridade e precisão dos dados contidos nas bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais.- com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos a consistência dos dados, o fluxo da provisão de sorteios a pagar e taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSAP, bem como efetuamos, o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados operacionais. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram todas as informações relevantes.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras

intermediárias como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia,. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos Patrimoniais

 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de reais)

		<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ATIVO			
CIRCULANTE		24.688	25.084
Disponível		202	122
Caixa e Bancos		202	122
Aplicações	Nota 5	24.011	24.374
Títulos de Renda Fixa - Públicos		24.011	24.374
Créditos das Operações de Capitalização		-	30
Títulos e Créditos a Receber		475	558
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 6	475	558
NÃO CIRCULANTE		162	133
Realizável a Longo Prazo		162	133
Títulos e Créditos a Receber		162	133
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 6	101	89
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 9.1	61	44
TOTAL DO ATIVO		24.850	25.217

Balancos Patrimoniais

 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE	11.533	11.972
Contas a Pagar	93	116
Obrigações a Pagar	65	106
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	9	10
Impostos e Contribuições	19	-
Provisões Técnicas - Capitalização	11.440	11.856
Provisão para Resgates	1.679	1.944
Provisão para Sorteio	9.761	9.912
NÃO CIRCULANTE	260	229
Contas a Pagar	65	52
Obrigações a Pagar	5	5
Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	60	47
Outros Débitos	195	177
Provisões Judiciais	195	177
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.057	13.016
Capital Social	12.000	12.000
Reservas de Lucros	1.016	1.016
Lucros Acumulados	41	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.850	25.217

Demonstrações dos Resultados e Outros Resultados Abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Custo de Aquisição	Nota 12.a)	(29)	(40)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 12.b)	119	130
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		<u>90</u>	<u>90</u>
Despesas Administrativas	Nota 12.c)	(125)	(105)
Despesas com Tributos	Nota 12.d)	(59)	(58)
Resultado Financeiro	Nota 12.e)	151	480
RESULTADO OPERACIONAL		<u>57</u>	<u>407</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>57</u>	<u>407</u>
Imposto de Renda	Nota 13	(5)	(84)
Contribuição Social	Nota 13	(9)	(57)
Participações Sobre o Lucro		(2)	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>41</u>	<u>266</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		<u>41</u>	<u>266</u>
Quantidade de Ações		12.000.000	12.000.000
Lucro Líquido do Semestre por Ação - R\$		0,003	0,020



Vanguardacap Capitalização S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital Social	RESERVAS DE LUCROS		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.000	223	553	-	12.776
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	266	266
Saldos em 30 de junho de 2020	12.000	223	553	266	13.042
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.000	239	777	-	13.016
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	41	41
Saldos em 30 de junho de 2021	12.000	239	777	41	13.057

Vanguardacap Capitalização S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido dos semestres	41	266
Ajustes para:		
Variação das Provisões Técnicas – Capitalização	38	(274)
Variação dos Impostos Sobre o Lucro	39	186
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	363	19.958
Créditos Tributários e Previdenciários	71	(83)
Outros ativos	13	(14)
Outras contas a pagar	46	(19.522)
Débitos de Operações com Capitalização	-	(1)
Depósitos de Terceiros	-	(7)
Provisões Técnicas – Capitalização	(454)	(427)
Provisões judiciais	18	159
Caixa Gerado pelas Operações	175	241
Impostos Sobre o Lucro Pagos	(20)	(228)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	155	13
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de Dividendos	(75)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(75)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	80	13
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	122	181
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	202	194



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vanguardacap Capitalização S.A. “(Companhia)” é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate, à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Nessas demonstrações financeiras intermediárias “(Demonstrações)”, a Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. “(Icatu Seguros)” e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do Plano de Negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A Administração manterá a empresa para outras oportunidades de negócios.

1.1. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID-19, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021. As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no primeiro semestre de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como “Valor Justo por Meio do Resultado”. A taxa básica de juros aumentou três vezes consecutivas até o final de junho, encerrando o semestre em 4,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária “COPOM” iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Companhia faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

O Grupo Icatu vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária as adaptações que o momento incomum requer. Adicionalmente, a resiliência e dedicação dos colaboradores, garantem à Companhia e a todo o Grupo Icatu a certeza de continuarem cuidando de pessoas com a qualidade diferenciada de sempre, na certeza de garantir aos seus segurados uma ótima qualidade de “vida, pra toda vida”.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As Demonstrações foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da SUSEP, Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados “(CNSP)” e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “(CPC)” quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. As Demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 30 de agosto de 2021.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalentes de Caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência em contrapartida às contas patrimoniais explicadas à frente. Adicionalmente, os seguintes esclarecimentos são importantes no entendimento dessas Demonstrações:

- A receita com títulos de capitalização é registrada quando da emissão dos respectivos títulos.
- O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização dos títulos emitidos. A Companhia mantém as provisões técnicas atualizadas monetariamente até a data da efetiva liquidação.
- Os custos de aquisição com títulos de capitalização são contabilizados quando incorridos.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos n.º 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de instrumentos financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. A Companhia não tem derivativos nos períodos apresentados nas Demonstrações.

3.4.2. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas “crédito das operações”, “títulos e créditos a receber” e “outros créditos a receber”, com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Redução ao valor recuperável

As perdas são reconhecidas no resultado em contrapartida de conta redutora do ativo correspondente quando ocorridas.

3.6. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado Financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

O registro contábil do Imposto de Renda Pessoa Jurídica “(IRPJ)” e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “(CSLL)” ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória “(MP)” n.º 1034, que altera a Lei n.º 7.689/1988, para majorar a alíquota da CSLL de 15% para 20% a partir de 1º de julho 2021.

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O IR e a CSLL diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Com aprovação da MP nº 1034, que altera a Lei nº 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL de 15% para 20%, a Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31/12/2021 para sustentar a constituição do crédito tributário diferido.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões técnicas

Provisão para Resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

Provisão de Sorteios a Pagar (PSAP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

Prescrição de Títulos (PPS)

A Companhia adota, na provisão de sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos.

3.9. Estimativas

A elaboração das Demonstrações requer que a administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (nota 5); (iii) provisões judiciais (nota 9); (iv) provisões técnicas de capitalização (nota 7); créditos tributários e previdenciários (nota 6). Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.10. Novas normas contábeis ainda não adotadas

O pronunciamento a seguir entra em vigor para períodos após a data destas Demonstrações e não será adotado antecipadamente:

3.10.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): reconhecimento e mensuração. O CPC é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023, conforme amendment do CPC 11 – Contratos de Seguro. A Companhia realizou o teste requerido pelo *amendment* e adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3.10.2. Resolução CNSP nº 412 de 30 de junho de 2021

Essa resolução dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco baseado nos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria referentes a sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores e altera a Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015, modificando critérios para apuração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das sociedades seguradoras e sociedades de capitalização, cujos efeitos passarão a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2021.

O Grupo Icatu iniciou estudos para quantificar o impacto no PLA das empresas supervisionadas e poderá ter que alterar a composição da carteira de investimentos no segundo semestre de 2021, de modo a reestabelecer o nível de solvência que atenda o apetite de risco definido. O estudo de impacto ainda está em andamento.

3.10.3. Medida Provisória nº 1034 de 01 de março de 2021

A Medida Provisória altera a Lei nº 7.689/1988 e majora a alíquota da CSLL de 15% para 20% a partir de 01 de julho de 2021. No caso das seguradoras, a alíquota retorna ao patamar normal de 15%, a partir de 01 de janeiro de 2022 e por isso as estimativas de crédito tributário não foram alteradas, dado que a majoração começa e termina no segundo semestre de 2021.

3.11. Provisões judiciais

Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada tribunal utiliza um índice diferente.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independentes da probabilidade de perda. Estas provisões, quando não vinculadas a contrato de capitalização, estão contabilizadas na rubrica “provisões judiciais”, no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de capitalização estão contabilizadas em “provisões judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, tribunal e região as quais a causa está sendo avaliada.

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

4. GESTÃO DE RISCO

A Estrutura de Gestão de Riscos “(EGR)”, conforme definição dada pela circular SUSEP nº 521/2015, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o sistema de controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas de defesa e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia.

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados no Grupo Icatu, sendo que tanto os itens de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em “investimentos de alto risco” e “investimentos de baixo risco”, conforme rating nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: *Standard and Poor’s*, *Fitch* e *Moody’s*. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

Em 30/06/2021, o montante de R\$ 24.011 / 100% (R\$ 24.374 / 100% em 31/12/2020), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA) segundo melhores práticas de mercado.

Em 30/06/2021 e 31/12/2020 não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura do Grupo Icatu.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk (VaR)*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica da carteira de investimentos que possui com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de estresse para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de estresse da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com lambda variando conforme fator de risco.
- (II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

Em 30 de junho de 2021 e de 31 dezembro de 2020 as análises de sensibilidade dos fatores de risco resultaram em valor nulo para as variáveis de risco *VaR* e DV01.

No quadro a seguir é apresentado o fator de decaimento *lambda* da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	30/06/2021	31/12/2020
	EWMA	EWMA
Pré-fixado	0,89	0,93

4.1.1.3. Risco de liquidez

Consiste na possibilidade da Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional “(CMN)” para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido “(CMR)”, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	30/06/2021			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	202	-	-	202
Aplicações	-	-	24.011	24.011
Títulos e Créditos a Receber	475	-	-	475
Total de ativos	677	-	24.011	24.688
Contas a pagar	158	-	-	158
Provisões Técnicas – Capitalização	8.253	1.924	1.263	11.440
Total de passivos	8.311	1.924	1.263	11.598

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos	31/12/2020			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	122	-	-	122
Aplicações	-	-	24.374	24.374
Créditos das Operações de Capitalização	30	-	-	30
Títulos e Créditos a Receber	558	-	-	558
Total de ativos	710	-	24.374	25.084
Contas a pagar	106	-	-	106
Provisões Técnicas – Capitalização	9.067	1.521	1.268	11.856
Total de passivos	9.173	1.521	1.268	11.962

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.2.1. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e *compliance*.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização e, atualmente, se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do plano de negócio submetido e aprovado pela SUSEP. Por esse motivo, o esforço na gestão de riscos operacionais dessa empresa foi reduzido frente ao pequeno escopo na frequência e exposição dos riscos identificados.

4.2.2. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Classificação por categoria, faixa de vencimento e nível

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia não contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa.

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue demonstração da abertura da carteira:

	30/06/2021			
	Taxas contratadas	De 13 a 60 meses	Valor contábil	Percentual das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:				
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	24.011	24.011	100%
Total		24.011	24.011	100%

	31/12/2020			
	Taxas contratadas	De 13 a 60 meses	Valor contábil	Percentual das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:				
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	24.374	24.374	100%
Total		24.374	24.374	100%

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	44.850
(+) Aplicações	9.150
(-) Resgates	(30.312)
(+) Rendimentos	686
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	24.374
(-) Resgates	(590)
(+) Rendimentos	227
Saldo final em 30 de junho de 2021	24.011

5.3 Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

Nível 01	30/06/2021	31/12/2020
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:		
Letras Financeiras do Tesouro	24.011	24.374
Total	24.011	24.374

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os Impostos a Recuperar são compostos de IR e CSLL em R\$ 475 (R\$ 588 em 31/12/2020).

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais cíveis e fiscais. Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A seguir, a composição dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias:

Não Circulante	31/12/2019	Constituição	31/12/2020	Constituição	30/06/2021
Imposto de Renda Diferido	3	53	56	7	63
Diferenças Temporárias	3	53	56	7	63
Contribuição Social Diferida (a)	2	31	33	5	38
Diferenças Temporárias	2	31	33	5	38
Total	5	84	89	12	101

(a) A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31/12/2021 para justificar a constituição do crédito tributário diferido a alíquota da CSLL de 20%, após aprovação da MP N° 1034/21.

7. PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2020	Amortizações/ Prescrições	Saldos em 30/06/2021
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	1.944	(265)	1.679
Provisão para Resgates	1.944	(265)	1.679
Provisão de Sorteios a Pagar	9.912	(151)	9.761
Provisão para Sorteios	9.912	(151)	9.761
Total	11.856	(416)	11.440

	Saldos em 31/12/2019	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Saldos em 31/12/2020
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	2.744	-	(800)	1.944
Provisão para Resgates	2.744	-	(800)	1.944
Provisão de Sorteios a Pagar	10.321	3	(412)	9.912
Provisão para Sorteios	10.321	3	(412)	9.912
Total	13.065	3	(1.212)	11.856

Análise de sensibilidade – Capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros, e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- I) **Riscos de subscrição:** Por se tratar de uma carteira em e sem títulos ativos, o risco de subscrição não é um parâmetro relevante para o resultado.
- II) **Taxa de juros:** Para a Taxa de Juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

8. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas - Capitalização:	11.440	11.856
Total a ser coberto	11.440	11.856
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Letras Financeiras do Tesouro	24.011	24.374
Total dos Ativos Vinculados	24.011	24.374
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	12.571	12.518

9. OBRIGAÇÕES FISCAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES JUDICIAIS

9.1. Depósito judiciais e fiscais

O saldo de depósito judiciais fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos conforme a seguir. Referem-se a Mandado de Segurança (Lei 12.973/14) sobre a rubrica do ativo livre e prescrição.

	30/06/2021	31/12/2020
Cíveis	4	-
Fiscais	57	44
Total Depósitos Judiciais	61	44

Na sequência, temos a movimentação dos depósitos judiciais fiscais do primeiro semestre.

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	44	-
Adições	12	39
Atualização Monetária	1	5
Saldo Final	57	44

9.2. Outras contas a pagar – Obrigações Fiscais

No grupo “outras contas a pagar” são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição subsequente:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 30/06/2021
COFINS	5	34	1	40	10	1	51
PIS	1	6	-	7	2	-	9
Total	6	40	1	47	12	1	60

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

30/06/2021							
Empresa	Tese	PIS		COFINS		Total	
		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Vanguardacap Capitalização S.A.	Pis/Cofins sobre o ativo livre e prescrição (a)	8	9	49	51	57	60
Total		8	9	49	51	57	60

31/12/2020							
Empresa	Tese	PIS		COFINS		Total	
		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Vanguardacap Capitalização S.A.	Pis/Cofins sobre o ativo livre e prescrição (a)	6	7	38	40	44	47
Total		6	7	38	40	44	47

(a) Trata-se de Mandado de Segurança (Lei 12.973/14) sobre a rubrica do ativo livre e prescrição.

9.3. Provisões judiciais

As provisões judiciais cuja probabilidade de perda é classificada como “provável” estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis							
30/06/2021				31/12/2020			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	
Provável.....	2	195	195	2	177	177	
Possível.....	15	92	-	16	161	-	
Remota.....	1	3	-	1	3	-	
Total	18	290	195	19	341	177	

Causas Fiscais							
30/06/2021				31/12/2020			
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	
Provável.....	-	-	-	-	-	-	
Possível.....	2	400	-	2	400	-	
Remota.....	-	-	-	-	-	-	
Total	2	400	-	2	400	-	

As provisões judiciais de causas fiscais trata-se de mandado de segurança que versa sobre a incidência de PIS e COFINS

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais cíveis:

Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7
Causas Adicionais.....	159
Causas Baixadas.....	(5)
Atualização Monetária	16
Saldos em 31 de dezembro de 2020	177
Ajuste.....	2
Atualização Monetária	16
Saldos em 30 de junho de 2021	195



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 12.000 representado por 12.000.000 ações ordinárias.

b) Reservas de Lucros

Em 30/06/2021, as Reservas de Lucros de R\$ 1.016 são compostas por:

- Reserva legal de R\$ 239 que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.
- Reserva estatutária de R\$ 777 é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

c) PLA - Patrimônio Líquido Ajustado e exigência de capital

A resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o CMR que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	13.057	13.016
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	13.057	13.016
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	126	139
Capital de Risco – Mercado	15	17
Capital de Risco - Redução por correlação	(10)	(12)
Capital de Risco – Operacional	39	43
Capital de Risco (CR) (b)	170	187
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	10.800	10.800
Patrimônio líquido ajustado	13.057	13.016
(-) Exigência de capital - EC	(10.800)	(10.800)
Suficiência de capital - R\$	2.257	2.216
Suficiência de capital (% da EC)	121%	121%



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas.

	Passivo		Despesas	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
Icatu Seguros S.A (a).....	(4)	(5)	(17)	(23)
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda (b).....	(4)	(4)	(24)	(31)
Icatu Capitalização S.A (a).....	-	-	(2)	-
Total	(8)	(9)	(43)	(54)

(a) Reembolsos de custos administrativos - referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(b) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Adm. De Recursos Ltda;

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/06/2021	30/06/2020
a) Custo de Aquisição – Capitalização		
Despesas de Remuneração Performance Mensal	(29)	(40)
Total	(29)	(40)
b) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Capitalização		
Receita com Prescrição de Título	121	283
Despesas com Provisões (b.1)	(2)	(153)
Total	119	130
(b.1) Em abril de 2020, tivemos provisão de R\$ 153 referente a uma contingência cível.		
c) Despesas Administrativas		
Pessoal Próprio	(6)	(7)
Serviços de Terceiros	(84)	(71)
Localização e Funcionamento	-	(1)
Publicações (c.1)	(31)	(10)
Outras Despesas Administrativas	(4)	(16)
Total	(125)	(105)
(c.1) Aumento decorrente da provisão de publicação.		
d) Despesas com Tributos		
COFINS	(10)	(24)
PIS	(2)	(4)
Taxa de Fiscalização (d.1)	(47)	(30)
Total	(59)	(58)
(d.1) Alteração no cálculo da taxa de fiscalização.		
e) Resultado Financeiro		
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado		
Títulos de Renda Fixa (e.1)	267	554
Outras Receitas Financeiras	1	-
Total – Receitas Financeiras	268	554
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado		
Títulos de Renda Fixa	(40)	-
Outras Despesas Financeiras	(77)	(74)
Total – Despesas Financeiras	(117)	(74)
(e.1) A Companhia aplica em LFT's com vencimento em 03/2025, que renderam 0,95% em junho/2021 (1,69% em junho/2020).		
Total	151	480

Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O IRPJ e a CSLL, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2021		30/06/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultados antes dos Impostos e Participações	57	57	407	407
Participações sobre o Lucro	(2)	(2)	-	-
Resultado antes dos Impostos	55	55	407	407
ADIÇÕES	33	33	188	188
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	18	18	159	159
Outras Provisões	2	2	-	-
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	13	13	29	29
EXCLUSÕES	(1)	(1)	(24)	(24)
Outras Provisões	-	-	(24)	(24)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(1)	(1)	-	-
Resultado Ajustado	87	87	571	571
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com Tributos	(13)	(13)	(131)	(86)
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	8	4	47	29
Despesas com Tributos	(5)	(9)	(84)	(57)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	9%	16%	21%	14%

A partir 1º de julho de 2021, a alíquota da CSLL passará de 15% para 20% em razão da aprovação da MP N° 1034.

14. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP n° 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição Líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30/06/2021 da Icatu Seguros.



Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DIRETORIA

Diretores

Luciano Snel Corrêa
Cesar Luiz Salazar Saut
Alexandre Petrone Vilardi

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394